

## Prefácio

*Luiz Carlos Bresser-Pereira*

É diante de crises extremas que se revela a grandeza de um homem público e o seu compromisso com a nação. Foi diante de uma crise dessa natureza — a crise do Plano de Convertibilidade, que mantivera a taxa de câmbio fixa em relação ao dólar por dez anos — que Roberto Lavagna revelou essa qualidade ao ser ministro da Economia da Argentina entre 2002 e 2005. Neste livro, ele nos conta a história de como enfrentou a crise durante o governo Duhalde, entre abril de 2002 e maio de 2003. Conta-a de maneira viva e detalhada, em um estilo muito pessoal. Embora o tema — a política econômica — seja um tema árido, a leitura do livro é muito agradável, porque é bem escrito, porque conta um drama no qual, de um lado, está a Argentina e seu povo, e do outro, o FMI e os interesses do sistema financeiro internacional, e porque está entremeado de sua própria filosofia sobre a vida.

Entre 1989 e 1991, a Argentina viveu em um quadro de hiperinflação que foi “resolvido” com o Plano de Convertibilidade, que fixou, por lei, a relação de 1 para 1 entre o peso e o dólar. Nos dez anos seguintes, prevaleceu a estabilidade de preços e a Argentina foi apresentada pelo *establishment* internacional como um exemplo de boa política econômica. Mas o plano, como qualquer sistema baseado em um regime de câmbio legalmente fixo, não tinha qualquer possibilidade de sobrevivência. Entretanto, como nascera de uma experiência dolorosa de hiperinflação, o plano, além de estar fixado em lei, transformou-se em um tabu para o povo argentino. Quem, nesses dez anos, falasse em terminar com ele, era considerado um traidor da pátria. Não obstante, seja porque nesse período, na Argentina, houve variação da produtividade menor, ou dos salários e da inflação maior do que nos Estados Unidos, no final a taxa de câmbio estava altamente apreciada. Em consequência, produziu-se um grande déficit em conta-corrente, o endividamento ex-

terno cresceu com violência, e os credores externos suspenderam a rolagem das dívidas da Argentina, produzindo-se a clássica crise de balanço de pagamentos, que inevitavelmente ocorre em países cujo câmbio se aprecia devido à política de crescimento com poupança externa e à política de âncora cambial contra a inflação.

Foi uma crise clássica, mas incrivelmente violenta, e imediatamente se transformou em crise política. Em alguns dias a taxa de câmbio foi de 1 para 3 pesos por dólar, depreciando-se, portanto, em 200%. Essa desvalorização não foi naturalmente planejada. O governo estava completamente imobilizado pela crise e pelo tabu de que fora revestido o Plano de Convertibilidade, e o presidente De la Rúa acabou renunciando. Coube então ao Congresso decidir sobre seus sucessores. Estes se sucederam brevemente no cargo, por dias, até que Eduardo Duhalde foi escolhido presidente transitório. Enquanto isso, a inflação explodia, as empresas faliam, o desemprego aumentava, a desindustrialização causada pela sobreapreciação cambial se acelerava, e os índices de pobreza alcançaram níveis inimagináveis na Argentina.

Esse era o quadro quando Roberto Lavagna foi chamado a assumir o Ministério da Economia. Em uma situação semelhante àquela na qual eu assumi o Ministério da Fazenda do Brasil em abril de 1987, em seguida ao colapso do Plano Cruzado. Como fizeram comigo, disseram a ele que era “louco” em assumir o comando da economia durante uma crise daquele tamanho. Mas Lavagna tinha um compromisso com sua nação, e, mais seguro do que o presidente que o convidava de forma hesitante, afirmou: “se Vossa Excelência está me oferecendo o Ministério da Economia, minha resposta é sim”.

A principal política de correção de rumo, a desvalorização do peso, já havia sido feita pelo mercado, de maneira traumática, mas efetiva. Restavam, porém, imensos problemas. O país estava em moratória externa; os depósitos e as poupanças nos bancos estavam congelados; os próprios bancos permaneciam a maior parte do tempo fechados. E havia as pressões. De um lado, a grande pressão do FMI, do sistema financeiro internacional, e do sistema financeiro nacional dominado por bancos estrangeiros. Essencialmente o que queriam era que a Argentina transformasse compulsoriamente os depósitos e poupanças retidos nos bancos por lei em títulos do governo. Em outras palavras, queriam que o Estado argentino arcasse com toda a conta da crise. E a pressão era

explícita, envolvendo, inclusive, a ideia de a economia argentina ser administrada temporariamente por um comitê de tecnocratas estrangeiros. Ora, sabemos o que significa para um país entregar sua soberania aos interesses estrangeiros. De outro lado, havia a pressão muito mais fraca dos sindicatos e da esquerda “populista”, que demandavam o controle de preços.

Roberto Lavagna disse não a todas essas demandas. Ele chegou ao Ministério da Economia com ideias claras. Ao contrário do que muitos pensavam, o problema a ser resolvido estava dentro da nação, não nas suas relações com os países ricos e o FMI. Para ele, “o eixo da gestão estava primeiro dentro do país, e, depois, atuaríamos fora, invertendo a ordem de prioridade vigente até esse momento”. Sua política não seria aquela defendida pela direita conservadora, pelo Banco Central da Argentina comandado por um economista ortodoxo e pelo sistema financeiro internacional, mas aquela que atendesse aos cidadãos argentinos, que garantisse a estabilidade financeira e recuperasse o emprego. Duas ideias a norteavam: primeiro, “a política econômica e a social passavam a ser uma só e indivisível”; segundo, não bastaria às províncias fazer o ajuste fiscal necessário, a tarefa principal cabia ao governo federal, porque, ao contrário do que se afirmava, apenas um terço do déficit era de responsabilidade das províncias.

Ninguém acreditava que Lavagna permaneceria muito tempo no governo. As pressões que recebia de todo lado eram enormes, principalmente do FMI, que queria que a Argentina assinasse um acordo de ajustamento claro, e, para isso, impunha condições inaceitáveis porque contrárias ao interesse nacional. Apoiado por seu presidente, Lavagna enfrentou a todos com grande firmeza. E, aos poucos, a situação começou a se normalizar. O principal problema que o governo enfrentava — a falta de confiança da sociedade argentina — foi superado, ao mesmo tempo em que a economia começava a se recuperar.

Uma vez serenado o *front* interno, Lavagna dedicou-se ao externo. Dividiu o problema da dívida em duas partes: primeiro, a dívida para com as agências internacionais; depois, a com o setor privado. No livro, nós temos o relato apenas da primeira, que foi duríssima, mas, afinal, as agências concordaram com a reestruturação da dívida nos termos da Argentina, sem que tivesse de atender às demandas do FMI e de sua economista-chefe, Anne Krueger. Sem, inclusive, ter que revogar a Lei

de Subversão Econômica, uma velha lei argentina que agora punha em risco os dirigentes dos bancos estrangeiros. No relato aparecem velhos nomes que eu conheci muito bem no meu ministério, como David Mulford e Charles Dallara, que então assessoravam o secretário do Tesouro norte-americano James Baker, e agora, como se acontecer com economistas ortodoxos, estavam no setor financeiro. No início de 2003 a situação econômica e financeira da Argentina estava claramente melhor, Lavagna tornara-se popular no seu país, e o jornal conservador *La Nación* reconhecia que ele era “um negociador com nervos de aço”. No final do ano, quando terminava o mandato provisório de Duhalde, recusou ser candidato à presidência, e, igualmente, recusou ser candidato à vice-presidência na chapa de Néstor Kirchner — mas se dispôs a continuar ministro, caso este fosse eleito.

Ainda em 2003, depois de resolvida a reestruturação da dívida com as entidades financeiras internacionais, Lavagna estabeleceu as bases da negociação com o setor privado. Demandou um desconto de 70% da dívida. A história de como essa negociação foi feita não nos é contada aqui, porque o livro termina com a vitória e a posse de Kirchner, mas Lavagna continuaria ainda à frente do Ministério da Economia por quase dois anos. Quando saiu, por se desentender com Kirchner, havia terminado uma obra notável, na qual revelou coragem, firmeza e compromisso com a nação.

Lavagna denominou seu livro *O desafio da vontade*. De que vontade se trata? Ele nos explica na conclusão: “o desafio era da nossa própria vontade, enquanto povo, de encontrar os caminhos que nos conduzissem da crise à recuperação, da desintegração à oportunidade”.

Maio de 2013